

RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.620 - TO (2018/0091173-9)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE ITAGUATINS
ADVOGADO : JUVENAL KLAYBER COELHO - TO000182A
RECORRIDO : LEILA APARECIDA MARQUES SOARES
ADVOGADO : RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA -
TO004018

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **MUNICÍPIO DE ITAGUATINS**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 174/175e):

APELAÇÕES CÍVEIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA. PRIMEIRO APELO. PRELIMINAR DE FALTA DE REGULARIDADE FORMAL. AFASTADA. PRESCRIÇÃO. CONTAGEM DO PRAZO PELA METADE. ART. 3º DO DECRETO 4.597/42. NÃO INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO AFASTADA. ALEGAÇÃO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE PROVA. ÔNUS DO EMBARGANTE. PRIMEIRO APELO NÃO PROVIDO. SEGUNDO APELO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO EM NOME DA PARTE. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. ALEGADO INTERESSE EXCLUSIVO DO CAUSÍDICO. DESERÇÃO. NÃO CONFIGURADA. HONORÁRIOS FIXADOS EM PERCENTUAL DO REDUZIDO VALOR DA CAUSA. VERBA EM VALOR ÍNFINITO. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA REGRA DO § 8º DO ART. 85 DO NCPC. SEGUNDO APELO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. 1 - A ausência de qualificação das partes na peça de apelação não constitui vício a forçar o seu não conhecimento, mas, em regra, encerra mera irregularidade, na medida em que esta já é requisito da exordial. 2 - Embora seja o mesmo prazo prescricional, no aspecto quantitativo (Súmula 150 do STF), a contagem desse prazo para a execução é autônoma em relação à contagem do prazo para a ação de conhecimento, até porque têm termos a quo diversos. 3 - Porque o prazo prescricional para a execução se inicia após a formação do título executivo, não é possível que o trânsito em julgado da sentença que reconhece o direito caracterize marco interruptivo dessa prescrição referido no art. 3º Decreto 4.597/42. 4 - Considerando a inexistência de

qualquer ato interruptivo anterior à propositura da execução correlata, não incide a regra do art. 3º Decreto 4.597/42, e tendo em vista que o ajuizamento da execução ocorreu antes do transcurso integral do prazo prescricional, não há que se falar em prescrição na espécie. 5 - A mera alegação na inicial dos embargos à execução de que houve o pagamento não é suficiente ao seu acolhimento, sendo ônus do embargante provar esse fato extintivo do direito do embargado, nos termos do art. 373, II, do NCPC. 6 - Tem a parte interesse recursal autônomo em atacar decisão para majorar verba honorária, de modo que, sendo ela beneficiária da justiça gratuita, não se pode falar em deserção do recurso aviado, em nome dela, única e exclusivamente para questionar o valor dos honorários de sucumbência, ainda que ao argumento de que o benefício da gratuidade não se estende ao seu patrono. Precedentes do STJ. 7 - Em se tratando de causa com valor baixo, a fixação dos honorários advocatícios deve ocorrer nos termos do § 8º do art. 85 do NCPC, sob pena de os limites percentuais acarretarem uma verba irrisória. 8 - Fixação equitativa que deve, a um só tempo, evitar o desmerecimento do trabalho do causídico e o enriquecimento indevido, garantindo, pois, uma remuneração que dignifique seu ofício. 9 - Primeiro apelo conhecido, mas não provido. 10 - Segundo apelo conhecido e parcialmente provido.

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa ao art. 3º do Decreto-lei n. 4.597/1942, alegando-se, em síntese, que, “tendo decorrido entre a data do trânsito em julgado da sentença (09/09/2010) e o ato executório (05/09/2015), verifica-se a ocorrência da prescrição, devendo o feito ser extinto, com resolução do mérito, nos termos previstos no inciso II do artigo 487 do CPC” (fl. 196e).

Com contrarrazões (fls. 203/215e), o recurso foi admitido (fls. 223/227e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou que não transcorreu o lapso prescrição da pretensão executória, nos seguintes termos (fls. 167/169e):

Segundo sustenta o município Apelante, o prazo prescricional para a execução começaria a correr, já pela metade, a partir do trânsito em julgado da sentença que formou o título executivo, pois este seria o marco interruptivo a que aludem os dispositivos acima.

(...)

Assim, não há que se falar em prescrição da execução na espécie.

Isto, pois, ainda que se considere que o título executivo foi formado em 09/09/2010, data apontada pelo devedor, o ajuizamento da execução correlata ocorreu em 05/09/2015, ou seja, cerca de 4 dias antes do transcurso do prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

Sequer houve algum ato interruptivo anterior a demandar a aplicação da regra da parte final do art. 9º do Decreto 4.597/42. A interrupção do prazo prescricional se deu com o próprio ajuizamento da execução, já quase no fim do prazo de 5 (cinco) anos.

Todavia, repiso, não houve o transcurso integral do prazo prescricional, pelo que impossível falar-se em prescrição neste caso.

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, reconhecer a prescrição, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, consoante espelham os julgados assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. JULGAMENTO DE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem enfrenta os vícios alegados nos embargos de declaração e emite pronunciamento fundamentado, ainda que contrário à pretensão da parte recorrente.

3. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp. 1.336.026/PE,

consolidou a orientação de que: a) incide o teor da Súmula 150 do STF, no sentido de que prazo prescricional da execução é o mesmo da ação de conhecimento; b) na liquidação por cálculos, nos termos da Lei n. 10.444/2002, reputa-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de fichas financeiras ou documentos deixar de ser atendida injustificadamente; c) o prazo prescricional tem início a partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que tornou desnecessário qualquer procedimento prévio de efetivação da conta antes de a parte exequente ajuizar a execução.

4. Em sede de Embargos de Declaração, foram modulados os efeitos do decisor, consignando que "para as decisões transitadas em julgado até 17/03/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/06/2017". (EDcl REsp 1336026/PE, Rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 22/06/2018).

5. Hipótese em que a execução foi ajuizada antes do marco temporal definido nos aludidos aclaratórios, tendo sido reconhecido pelo aresto atacado que não houve inércia do credor, que promoveu diligências com vistas à liquidação do crédito.

6. Infirmar o entendimento alcançado pela Corte de origem demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via de recurso especial (Súmula 7 do STJ).

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1384336/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 28/03/2019).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PÚBLICA. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. INÉRCIA DO CREDOR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ.

1. A Corte de origem não se pronunciou sobre a tese defendida no especial apelo, a saber, a de que em nenhum momento houve inércia do credor quanto à persecução de seu crédito, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

2. Vigora no STJ o entendimento de que o prequestionamento da matéria pressupõe o efetivo debate pelo Tribunal a quo sobre a tese jurídica veiculada nas razões do recurso especial, não sendo suficiente, para tanto, que a questão tenha sido suscitada pelas partes nos recursos que aviaram perante aquele Sodalício.

3. A desconstituição das premissa lançada pela instância ordinária, segundo a qual a parte recorrente sequer promoveu a liquidação, sendo,

portanto, utilizado como marco inicial da contagem do prazo prescricional o trânsito em julgado do mandado de segurança, demandaria novo exame do acervo fático-probatório, procedimento que, em sede especial, encontra empecilho na Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1233118/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 25/04/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 150/STF. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS.

1. A jurisprudência do STJ entende que o prazo prescricional para a propositura da ação executiva contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória, consoante a Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem, com base no contexto fático-probatório, consignou que tal prazo não foi superado. Eis o trecho do julgado: "No presente caso, o trânsito em julgado da sentença homologatória se deu na data de 09/09/2010, sendo o prazo final para a propositura da ação executória a data de 09/09/2015.

Como a ação executória foi ajuizada em 08/09/2015, não há que se falar em prescrição do direito, de acordo com o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça. (...) Dessa forma, poder-se-ia ainda tomar como termo a quo do prazo prescricional da execução individual, a data de 06/08/2013 (DJ no 3164 de 06/08/2013), data em que a exequente - titular do direito - teve ciência da lesão ao seu direito subjetivo, tendo em vista o inadimplemento do município do débito oriundo do acordo. Assim sendo, por qualquer ângulo que se analise a questão, tem-se que a pretensão deduzida na ação executória não está fulminada pela prescrição, tendo em vista que o transcurso de lapso temporal não ultrapassou cinco anos, seja contado do trânsito em julgado da sentença homologatória (09/09/2010), seja da data em que o titular do direito teve ciência da lesão ao seu direito subjetivo (06/08/2013). Uma vez que a Ação de Execução nº 0000775-42.2015.827.2724, ora em comento, foi protocolada na data de 08/09/2015. (...) Portanto, não merece prosperar o apelo do Município de Itaguatins-TO" (fls. 163-165, e-STJ).

3. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido.

Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1763394/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 19/11/2018).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos

Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados de R\$ 1.000,00 (hum mil reais; fl. 171e), para R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

